A Mulher e as Transformações Sociais do Século XX: a virada histórica do destino feminino

*Maria Beatriz Nader**

Historicamente, a vida da mulher foi atrelada à instituição familiar, que restringiu o papel feminino em seu interior a uma prática de subordinação ideológica ao poder masculino. Durante milênios, a sociedade ligou a vida da mulher à família e a literatura interpretou essa prática como sendo uma ação passiva e submissa da mulher. A própria educação familiar e religiosa ensinava à mulher apenas o que ela deveria saber para bem conduzir uma unidade doméstica, respeitando e obedecendo seu marido, o chefe da família.

No Brasil, de acordo com o código de valores e comportamentos importado da metrópole portuguesa, durante gerações o poder desse imaginário consistiu em que a mulher, principalmente aquela pertencente à classe mais abastada, ficasse contida no ambiente privado familiar, não podendo participar das decisões familiares nem da vida pública, papel exercido pelo homem, exclusivamente.

O imaginário social que se desenvolvia na sociedade localizava a esfera privado-doméstica como o refúgio moral da esfera público-política amoral e perigosa em que as mulheres puras neutralizavam as aspirações destruidoras desse mundo público. Por isso, se a mulher convivesse com a esfera público-política, seria corrompida pela familiaridade com a força e a violência, característica masculina da esfera pública, sujeitando-se, assim, a perder as qualidades de pureza e ingenuidade tão características da esfera privado-doméstica.

Apesar desse imaginário, mesmo quando era ensinado à mulher que ela deveria ficar em casa cuidando do marido e dos filhos e que qualquer trabalho realizado por ela fora da unidade doméstica era desprezível e pobre, grande contingente feminino, primeiro provindo das camadas mais empobrecidas da sociedade, depois das classes médias urbanas, participou da força de trabalho do país. Na segunda metade do século XIX, quando das instalações das primeiras fábricas têxteis no Brasil,78% dos trabalhadores eram mulheres (*PENA, 1983*).

Todavia, diante dos preconceitos que impediam as mulheres, mesmo as das classes mais pobres, de trabalhar fora do domicílio, muitas optaram por conciliar o tempo de trabalho e o espaço doméstico com uma

atividade remunerada e sem horário fixo. O trabalho manual em domicílio apresentava-se como única opção para essas mulheres, pois se a família necessitava de sua contribuição financeira, necessitava também dela dentro de casa, "onde suas atividades como mãe e esposa não deveriam ser prejudicadas" (MATOS.1993: 76). E, para que o trabalho ocorresse a contento, o tempo da mulher no interior do domicílio era modelado pelo tempo dos outros, ou seja, seus horários eram os do marido, dos filhos, do patrão, do trabalho. No seu cotidiano, a mulher enfrentava a rotina dos trabalhos domésticos e do trabalho que fazia por encomendas. Um grande contingente de mulheres utilizou-se de seus conhecimentos das atividades domésticas como forma a contribuir com o sustento da casa ou mesmo para sustentá-la sozinha.

Tomaram-se aqui, como exemplo, as mulheres costureiras domiciliares, que atuavam junto às indústrias de juta, confeccionando sacaria para a embalagem de café. A costura, por tradicionalmente fazer parte da educação feminina, tornou-se uma atividade desempenhada com destreza pela mulher e um dos principais elementos que contribuíram para a constância do trabalho realizado por mulheres em seus próprios domicílios.

Na virada do século, mesmo quando grande contingente feminino de trabalhadoras das indústrias foi em parte substituído por trabalhadores masculinos, principalmente por imigrantes estrangeiros, no ramo têxtil a grande força de trabalho continuou sendo a mão-de-obra feminina, apesar de esta receber um salário inferior ao salário recebido pela mão-de-obra masculina. Um dos principais obstáculos para a igualdade de salários e de chances de trabalho foram os preconceitos por parte dos homens contra a presença de mulheres em ambientes que consideravam não tipicamente femininos. Tal pensamento era justificado pela alegação de que a mulher que trabalhava fora de casa, nas fábricas, vivia num "inferno". O Jornal Operário Avanti, em 12 de outubro de 1901, denunciava que, além da insalubridade, da falta de higiene, da violência da disciplina, da umidade e do ruído, algumas mulheres eram obrigadas a ter seus filhos e no mesmo dia voltar ao trabalho. Muitas mulheres trabalhavam em áreas fechadas e úmidas, que levavam-as muitas vezes à tuberculose; tinham horários para irem ao banheiro e eram obrigadas a praticar sexo com os patrões, dentre outras subordinações (MATOS1993).

Encarnando aos olhos masculinos um modelo de passividade, não somente as mulheres trabalhadoras das fábricas e as que desempenhavam atividades em seu próprio domicílio, mas também as mulheres que viviam restritas ao ambiente doméstico, desenvolvendo atividades puramente domésticas, à primeira vista pareciam ser submissas e conformadas ao seu destino pobre e feminino.Todavia, tanto umas como as outras sempre reivindicaram em defesa de interesses que abrangiam questões gerais da sociedade. As costureiras fundaram várias associações na primeira década do século XX e algumas mulheres das classes médias urbanas avançaram nas questões reivindicatórias e usaram da escrita para reclamar direitos e negar costumes.[1]

Daí em diante, a evolução das manifestações das mulheres foi lenta, mas progressiva. Movimentos feministas surgem da iniciativa dessas mulheres e seu cunho liberal ultrapassou o elemento biológico, colocando inclusive em discussão o conceito de natureza, que sempre foi utilizado como justificativa do poder masculino sobre as mulheres, procurando dar maior atenção ao contexto sociocultural, uma vez que o mesmo era utilizado como influenciador daquele comportamento. O sufrágio feminino, o divórcio, o direito à propriedade, à educação e à participação da mulher na política, eram os principais pontos de luta das mulheres que pretendiam a igualdade social e política, sem, no entanto, buscar transformar a vida privada familiar. Elas aceitavam de pronto a divisão entre a esfera pública, especialmente política, e as questões de ordem privada, mas queriam acabar com as leis discriminatórias entre homens e mulheres.

Berta Lutz, discursando na Câmara, em 1937, disse que as mulheres encaravam a função feminina maternal não apenas como um fenômeno físico e clínico, mas também na sua sublimação social e espiritual, pois "[...] Enquanto ao homem interessam primordialmente as questões partidárias e os problemas técnicos e econômicos, as mulheres dedicam, de preferência, à harmonização das relações e ao bem-estar dos seres humanos". (SAFFIOTI apud SINGER, 1981: 113)

Após a conquista do sufrágio feminino, a partir do início do século XX, em vários países ocidentais, inclusive no Brasil, os movimentos feministas, bem como seus esforços teóricos, estacionaram. A questão feminina ficou apenas por conta da doutrina dos partidários de idéias e princípios professados pelos liberais e pelo sistema político que preconizava a incorporação de mulheres aos meios de produção coletivo, o socialismo. Essas idéias propunham não uma reforma na sociedade, mas a transformação radical da mesma. Com efeito, pretendiam a abolição da divisão tradicional do trabalho masculino e feminino em todos os setores, a participação da mulher nos assuntos comunitários, no trabalho, no governo, na educação e na cultura, proporcionando a união dos sexos baseada na liberdade e no afeto. Também tinha como ponto de luta o direito ao voto e à legislação divorcista.

Mas foram as Grandes Guerras ocorridas no século XX os eventos fundamentais na conclamação geral das mulheres, principalmente das ocidentais, para entrarem no mercado de trabalho, pois toda a economia ocidental precisou da mão-de-obra feminina. As mulheres substituíram os homens em todas funções produtivas, desde a indústria armamentista até o cuidado com a família, isto é, as mulheres ocuparam todos os espaços deixados livres pelos homens que guerreavam ou haviam se tornado prisioneiros, ou mesmo aqueles que haviam morrido.

No final da Primeira Guerra, a volta dos homens ao trabalho provocou a demissão em massa das mulheres, que deviam e podiam substituir os homens quando estes faltassem, mas não tinham nenhum direito de igualdade nos meios de produção, nem na sociedade. Essa experiência de luta produziu no íntimo das mulheres um sentimento de capacidade e valor de se governar por si mesma,

provocando no âmago feminino uma transformação total de comportamento, de caráter irreversível.

Contudo, pouca coisa mudou no cotidiano feminino. Sobretudo, não houve mudanças quanto aos direitos da mulher, principalmente no interior da família. Novamente, a mulher retrocedeu ao seu lugar considerado pelo homem como natural. Não há qualquer cogitação de igualdade de direitos e liberdade, uma vez que outros problemas de ordem prioritária ocuparam espaços que nem de longe se comparavam às questões femininas de emancipação. Assim, o período entre Guerras representou uma nova estagnação do movimento feminista, uma vez que os regimes políticos perseguiram um plano de subordinação feminina, no qual a mulher se tornaria mais submissa.

Na Europa, um dos primeiros objetivos do fascismo era doutrinar a juventude, tendo como alvo principal a socialização ideológica de aderência aos valores fascistas. Para isso, o regime enalteceu incessantemente a família, elegendo-a como a garantia da estabilidade sociopolítica e como a produtora de soldados. A dona-de-casa, rainha e tutora do lar, exclusivamente mãe e esposa, era constantemente desestimulada à profissio-nalização. A função da mulher na sociedade fascista era procriar e educar seus filhos, num clima de exaltação do regime e de ignorância total do que acontecia em outras sociedades. A representação feminina era insistentemente propagada sob amplo investimento ideológico, que repousava sobre a ordem comportamental, sustentáculo básico do regime. Era imperativo controlar a vida e o cotidiano não somente das mulheres, mas de toda a sociedade.

Também para o regime nazista a mulher era limitada à condição essencial de reprodutora, pois uma vez que "foi feita para parir" deveria ser confinada ao lar, submetida ao homem, como sua fiel companheira. A própria pedagogia nazista preparava a mulher para a família e para a maternidade. Exaltada como um ser sagrado por suas funções biológicas, a mulher se viu implicada numa estratégia de poder de manutenção do confinamento feminino. Na lógica desses regimes, a mulher era naturalmente ingênua e pura e, por isso, simplesmente não poderia participar da esfera pública/política, que inevitavelmente a ultrajaria.

As poucas mulheres que, depois de 1914, haviam conseguido alguma profissão qualificada foram afastadas de suas funções e voltaram para a esfera doméstica. Dar à luz e cuidar da família passaram a ser palavras de ordem social para a mulher. Em 1939, a mulher viu-se novamente incumbida de substituir a mão-de-obra masculina e obrigatoriamente preencheu todos os espaços profissionais deixados pelos homens. A escala da economia de guerra mobilizou milhões de mulheres em todo o ocidente para o trabalho necessário, principalmente nas indústrias e nos campos da resistência europeus, enquanto cuidava da família, dos filhos e dos velhos. Com efeito, na Segunda Guerra, a participação feminina foi intensa, indepen-dente da condição econômica e credo.

Depois da Guerra, muitas questões feministas defendidas até então, como a inclusão formal da mulher na vida pública e

política, já conquistadas em parte, cedem lugar às reivindicações sexistas e raciais. A obtenção de garantias de redução das desigualdades econômicas e sociais, que impunham as diferenças dos papéis sexuais que impediam as mulheres de se afirmarem e se expressarem, passou a ser o principal ponto de luta do feminismo mundial. A partir daquele momento, as mulheres passaram a entender que as formas de desigualdade entre homens e mulheres são resultados de processos injustos e não disposições naturais ou qualidades de quem é capaz de apreciar ou resolver assuntos de interesse individual. Na realidade, as mulheres tomaram consciência de que seus problemas não eram somente de ordem política ou material, e, sim, de ordem social. Muitas diferenças entre os sexos deixaram de ser consideradas como problemas de ordem privada para dar lugar às questões públicas sobre as quais o Estado tem responsabilidade. Creches, direito ao aborto legal e gratuito, reconhecimento jurídico da mãe de família a nível profissional, eliminação legal da discriminação sexual no trabalho, licença-maternidade, paridade salarial, dentre outras, foram reivindicações de mulheres que buscavam um novo entendimento de seu papel social.

A partir daí o feminismo passou a ser um movimento de vulto. No Brasil, na década de 60, o movimento contava com apoio inclusive de partidos políticos, principalmente os de esquerda, que se posicionaram favoráveis à emancipação da mulher, muito embora com objetivos políticos generalizados, identificando a libertação feminina com a conquista do socialismo.

Após 1975, o "Ano Internacional da Mulher", proclamado pela ONU, inúmeros grupos femininos debruçaram-se sobre problemas voltados para a vida da mulher – saúde, educação, direitos-, provocando um movimento que desenvolveu milhares de atividades de pesquisas, envolvendo pessoas de todas as camadas sociais, níveis de escolaridade, credo e raça. Foram criadas inúmeras associações femininas, que desenvolveram publicações periódicas, denunciando por todo o Brasil o preconceito e a discriminação da mulher no trabalho, na família, na educação, enfim em toda a sociedade. Grupos femininos participaram de congressos e greves trabalhistas, reivindicaram o acesso das mulheres às universidades e às carreiras profissionais, sobretudo as dos setores médios e superiores urbanos, que se baseavam no êxito individual feminino em setores de atividades até então ocupados pelos homens. No tocante exclusivamente à vida familiar foram, levantados problemas em relação à satisfação sexual da mulher, seu direito de escolha do companheiro, assim como o direito de dissolver a união conjugal, a liberdade do uso de contraceptivos e o controle do número de filhos, a violência contra a mulher, o tabu da virgindade feminina, o escravismo do trabalho doméstico, a dupla jornada de trabalho, dentre outros.

Essa explosão de reações femininas caracterizou pura e simplesmente a destruição do poder masculino instituído há milhares de anos, com o qual subjugaram as mulheres. E elas obtiveram êxito, pois se pode afirmar que foi por meio dessa explosão que as mulheres

conseguiram sair de seu confinamento milenar, em termos de situação de classe e intelectualidade, chegando mesmo suas idéias a se tornarem um movimento de massas, cujas componentes não estão preocupadas em separar as classes sociais, as cores, os níveis de instrução, as religiões, nem mesmo os níveis morais. A partir desses movimentos, a posição e o papel da mulher na sociedade tornaram-se originalmente diversos daquilo que a história feita pelos homens normatizou durante muito tempo.

No Brasil, uma das grandes contribuições para que esse movimento atingisse seu êxito foi o processo de industrialização pós-60, que apontou novas formas de organização social, oferecendo diferentes oportunidades educacionais e profissionais para que as mulheres, principalmente aquelas pertencentes à classe média e às populares, pudessem não somente engajar-se numa vida profissional dentro e fora do lar, mas modificar toda a sua estrutura. A maior parte do mercado de trabalho feminino passou a compreender e representar o emprego mais valorizado das ocupações das mulheres, normalmente desempenhando atividades tipicamente femininas e domésticas, o que as colocou em posição estratégica no fluxo do trabalho do setor informal. E, se no desenvolvimento das desigualdades da história do capitalismo uma das características da acumulação é a existência de um ponderável excedente de força de trabalho, no Brasil a mão-de-obra feminina tornou-se um fator importante para modificação da estrutura social.

Na primeira metade da década de 1970, o chamado milagre econômico brasileiro possibilitou a expansão de empregos, incorporando ao mercado de trabalho urbano secundário e terciário milhares de pessoas vindas do campo, atraídas pelo crescimento das cidades, esperançosas de uma vida melhor.[2]

Nas últimas décadas deste século, a crescente urbanização brasileira aliada, ao recente modelo de desenvolvimento socioeconômico do país, caracterizado pelo esforço de modernização da estrutura produtiva, tem provocado efeitos na vida das cidades. As repercussões decorrentes desse processo de transformação econômica nas cidades foram notáveis, não só no desenvolvimento de novas atividades, industriais e de serviços, mas, principalmente, no que diz respeito às mudanças sociais. A tendência da nova lógica econômica contribuiu para que aumentasse a pobreza urbana no Brasil, levando quantidades crescentes de mulheres a ser incorporadas ao mercado de trabalho, uma vez que os homens encontraram dificuldades crescentes para atualizarem seu papel culturalmente definido como provedor da família. Diante da necessidade expressa da contribuição da mulher na sustentação financeira do lar, a inversão dessas idéias se pronunciou de modo rápido e generalizado.

Mesmo não se podendo restringir o bem-estar familiar ao fator renda, na sociedade brasileira o acesso a bens e serviços essenciais à sobrevivência depende da possibilidade de se pagar por eles. Passado o período de crescimento econômico, que marcou a década de 1970, a profunda crise econômica que

assolou o país reduziu a renda per capita e aumentou a taxa de inflação, que chegou a atingir a casa dos 50% ao mês.

Precisamente nos quatro primeiros anos da década de 80, a política de estabilização implementada pelo governo brasileiro teve significativos custos sociais. A taxa de desemprego urbano manifestou-se superior a 35%, a população economicamente ativa, que representava 73,5% dos trabalhadores, recebia menos de três salários mínimos, enquanto apenas 6,6% recebiam acima de dez salários, em 1988 (MINAYO, 1995).

O aprofundamento da situação de pobreza, a rápida desvalorização da moeda e o aumento desordenado de preços e custo de vida provocaram graves distúrbios financeiros e sociais que afetaram profundamente as condições de vida das unidades domésticas urbanas brasileira. De acordo com uma pesquisa realizada pelo DIEESE, em 1974, em São Paulo e Rio de Janeiro, a cesta básica para uma família de quatro pessoas, cujo provedor ganhava um salário mínimo de CR$ 376,80, era de CR$ 689,96, ou seja 80% a mais do que o valor do maior mínimo do país. Ainda de acordo com essa fonte, em 1974, eram necessárias 16 horas diárias de trabalho para um trabalhador satisfazer as necessidades alimentares mínimas de sua família. (WOORTMANN,1987)

Os fatos de ordem macroeconômica afetaram os homens, que enfrentavam dificuldades crescentes para garantir seus empregos. Tais dificuldades trouxeram consigo inúmeros problemas na atualização do desempenho cultural masculino, definido como provedor do grupo familiar. Se a família tradicional brasileira, estruturada e fortalecida pelos moldes da unidade doméstica baseada naquele código de valores, tem até hoje a mentalidade de que o homem deve ser o provedor da família, o valor atribuído ao trabalho marcou indistintamente os homens que vendiam a sua lida no mercado de trabalho, estabelecendo a ética do mesmo como a constituição do "ethos" masculino.

O trabalho, durante a socialização da criança, na unidade doméstica tradicional, era interiorizado como um instrumento para a efetivação do papel predominante do homem no interior da instituição familiar, aquilo que dava representação de seu poder de chefe na hierarquia da família, uma vez que não somente a mulher dependia economicamente dele, mas todos que viviam ao seu redor. Essa mentalidade ficou tão enraizada na cultura brasileira, que, diante da perspectiva da ausência do trabalho, a não aceitação do problema como um fator de ordem social passou a ser considerado pelo homem como uma situação de fracasso pessoal, com o agravante de que a mulher teve de sair do âmbito doméstico para auxiliar nas despesas do lar.

Esse impacto social provocado pelas transformações econômicas, sem dúvida, criou oportunidades de emprego para as mulheres, que se engajaram principalmente nos serviços modernos e na indústria, que acompanharam a crescente urbanização do país. Somente os setores secundários e terciários da economia brasileira, na década de 70, oportunizaram um acréscimo de 176% de mão-de-obra feminina. Na indústria, notadamente no ramo de vestuário, calçados

e artefatos de tecidos, a participação feminina ocupava 2/3 dos empregos. Mas foi no setor de atividades de serviços que a maioria das mulheres se integrou, perfazendo uma taxa de crescimento de 96,6% dos empregos, no período, cujas atividades desenvolvidas eram, dentre outras, de secretárias, comerciárias, funcionárias públicas e bancárias.

Enquanto as mulheres das classes populares concentravam sua mão-de-obra na prestação de serviços às indústrias, as mulheres oriundas da classe média, dotadas de níveis mais elevados de educação formal, procurando conseguir uma melhor condição financeira na estrutura ocupacional, tenderam a desinteressar-se por setores que absorviam força de trabalho menos qualificada e mal remunerada, para ingressar em maior número nos serviços modernos de produção e de consumo coletivo. Dentro das ocupações técnicas e científicas, houve uma diminuição da proporção de mulheres nos serviços considerados tipicamente femininos, tais como os serviços de professoras primárias e enfermeiras, em contra-posição aos serviços de maior remuneração e, conseqüentemente, maior prestígio social.

Tal fato explica-se pelo acesso à educação profissionalizante que as mulheres tiveram. O próprio desenvolvimento econômico do país pressionou o sistema educacional existente, permitindo incorporar às escolas um grande número de mulheres. Em todos os níveis, seja como educanda, seja como educadora.

Estudando em escolas públicas, alcançando todas as áreas das universidades, e podendo ter uma participação política na sociedade, votando e podendo ser votadas, inúmeras mulheres conquistaram por si próprias seus direitos políticos e sociais, além de poder configurar suas vidas de acordo com seus desejos e anseios. Em 1978, 25 mulheres foram eleitas em todo o país para ocupar cargos políticos. Em 1982, esse número pulou para 37. Em 1980, pela primeira vez no Brasil, uma mulher ocupou o cargo de Ministra de Estado da Educação, o mais alto nível no campo educacional. Uma mulher também foi eleita a Vice-Governadora do Estado do Acre, em 1982.

A grande participação da mulher no campo político, no mercado de trabalho, nos programas educativos que proporcionavam uma profissão, enfim, em todos os setores durante séculos, aos quais, lhes foi negada a participação, afetou sensivelmente as relações no interior das unidades domésticas, provocando mudanças radicais em suas estruturas. Uma dessas mudanças diz respeito ao histórico papel individual da mulher no interior da família, visto como ser passivo de reprodução, que ganhou menos espaço no seu cotidiano enquanto a sua inserção no contexto global da sociedade ganhou maior espaço. Se antes o espaço doméstico era tido como naturalmente feminino e a mulher era sustentada pelo homem, agora são as mulheres que detêm grande parte do controle sobre os recursos familiares e desempenham um papel fundamental na vida econômica da família. Elas não apenas trabalham fora do domicílio, mas promovem o controle da manutenção doméstica. Principalmente depois dos anos 70, quando o trabalho doméstico passou a ser denunciado como uma

alienação feminina e uma sujeição ao homem. O tratamento dado ao trabalho fora de casa passou a ser para a mulher o sinal concreto de sua emancipação. Desse modo, a mulher brasileira tomou parte de uma luta que lhe conferia igualdade, dignidade e liberdade, procurando reduzir ao mínimo o seu papel doméstico-privado, e se tornou, portanto, numa engrenagem no processo produtivo, exatamente como o homem. A mulher ganhou o controle da situação doméstica, passando aos poucos a ser dona da casa e de seus objetos.

Assim, a situação da mulher que passou a colaborar no sustento da unidade doméstica proporcionou a eliminação de sua vida do processo de aceitação e conformismo diante das diferenças sexuais. As relações de poder que existiam ao nível da relação marido-esposa passaram a ser questionadas no interior das relações familiares. A resistência, ou mesmo a indiferença, masculina diante de novas solicitações femininas, tendem a levar a uma situação de conflito dentro do domicílio e, posteriormente, ao rompimento da relação conjugal. Tais mudanças, aliadas à regulamentação do divórcio no país, em 1977, desafiaram os componentes básicos do papel exercido pelas mulheres no interior das unidades domésticas, uma vez que as diferenças e a instabilidade afetiva e econômica não são estimulantes para que os laços conjugais permaneçam estáveis. O que levou a que milhares de laços conjugais conflituosos se desfizessem.

Somente no período de 1982 a 1992 os processos de divórcio no Brasil cresceram 61,3%. O número de divórcios, aliás, aumentou com tanta rapidez, que só no Estado do Espírito Santo esse crescimento foi de 45,1%, entre os anos de 1983 e 1985, ou seja: no ano de 1985, o número de divórcios homologados cresceu 84,49% em relação ao ano anterior, que, por sua vez, foi de 71% superior ao ano de 1983, segundo estatísticas da FIBGE-EES.

Contudo, ainda fortemente ligada ao código de valores utilizado largamente no período colonial, a sociedade brasileira tratou de reavivar no processo do divórcio o estigma da perda da respeitabilidade para a mulher divorciada. Mas, superando este estigma e contrapondo-se aos estereótipos do papel feminino na família brasileira, no período de 1982 a 1985, foi a mulher que entrou nos tribunais requerendo mais ações de divórcio do que os elementos do sexo oposto.

Essa prática já era muito comum nas primeiras décadas deste século. Os processos de divórcio em São Paulo, durante a Primeira República, eram, em sua maioria, movidos por mulheres de classe social elevada. A justificativa utilizada normalmente se fazia pela denúncia de violência masculina, de modo a minimizar a discriminação e a pressão que a sociedade exercia sobre elas.

Agora, a dinâmica dos processos permite verificar que a argumentação legal faz parte do instrumento utilizado pela mulher para acabar em definitivo com os conflitos conjugais, e, por conseqüência, com o vínculo que a submetia ao elemento masculino. A posição da mulher contemporânea foi sendo modificada ao ponto de sua dependência do homem transformar-se em luta para atingir a

igualdade com o mesmo. E, com essa luta, a estrutura da própria família sofreu enormes mudanças.

Dentre entre elas, destacam-se o controle do número de filhos por unidade doméstica, a anticoncepção e esterilização, tanto feminina quanto masculina, e a luta incansável pela legalização do aborto. Todavia, a mudança mais aparente e substanciosa foi a redução da importância da unidade doméstica tradicional enquanto as alternativas mantêm um crescimento considerável. Pelos recenseamentos da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio da FIBGE, em 1981, a família composta pelo casal e seus filhos representava 65% do total das unidades domésticas de todo Brasil, reduzindo-se para 60,9% em 1990, enquanto que as unidades domésticas formadas por uma mulher com seus filhos, sem a presença masculina, apresentavam um crescimento relativo da ordem de 19,0%, no mesmo período.

Essa última unidade doméstica, conhecida como uma unidade alternativa, pois em seu topo hierárquico está uma mulher, o que foge aos padrões sociais instituídos pela sociedade, é a que mais chama atenção nessas tranformações sociais ocorridas após a década de 60, não só pelo seu crescimento quantitativo acentuado, mas pela mudança que a mesma dá ao perfil da sociedade brasileira.

Não se pode negar, então, que, no Brasil, com as constantes lutas femininas pelas mudanças sociais, as mulheres contribuíram para que os direitos de cidadania se ampliassem e as lutas operárias realizassem conquistas ao nível de produção e representação partidária. E que, principalmente nos campos econômico e ideológico, as mulheres conseguiram realmente implantar um movimento que desafiou os componentes básicos do papel exercido por elas dentro da família, ameaçando importantes mecanismos institucionais e provocando uma profunda mudança na mentalidade ocidental, tornando-se, efetivamente, participantes de todo processo social e histórico da humanidade. ■

Bibliografia

ABREU, Alice Rangel de Paiva & SORJ, Bila (orgs). **O Trabalho Invisível. Estudos Sobre, Trabalhadores a Domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

BARROSO, Carmen & COSTA, Albertina Oliveira. **Mulher, Mulheres**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1983.

Década da mulher (1976-1985) Avaliação. Núcleo de Estudos Sobre a Mulher da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, 1985.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994.

MINAYO, Maria Cecília. **Os Muitos Brasis. Saúde e população na década de 80**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1996.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social.** Vitória: EDUFES, 1997.

SINGER, Paul. (org.) **São Paulo. O povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, Maria Cecília C. C. de. **Crise Familiar e Contexto Social. São Paulo. 1980-1923**. Tese deresentada à Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 1989.

WOORTMANN, Klass. **A Família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

Notas

* Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

1 Em conseqüência da expansão de empregos que exigiam das pessoas um "bom nível de instrução", cresceu o número de mulheres "de boa condição social" no comércio e em escritórios. "Em 1917 entrou no serviço público a primeira mulher. Por essa época, abriram-se à mulher as carreiras universitárias, o trabalho na imprensa e a participação em atividades artísticas e esportivas." (SINGER. 1981:111)

2 Esse fenômeno também pode ser visto do ponto de vista da evolução do crescimento das populações urbana e rural do Brasil: na década de 1970, o crescimento da população urbana correspondeu a 4,44%, enquanto o crescimento da população rural foi de – 0,62%.